O Assalariado
Pedro Kropotkine

"Abaixo todos os privilégios, os de educação e os de nascimento!".

Precisamente porque esse privilégios nos indignam somos anarquistas, e socialistas, os outros.

Como, então, deveríamos construir sobre princípios tais privilégios? Como afirmar que nos privilégios da educação se baseará a sociedade igualitária, se dar a essa sociedade um golpe de morte? O que antes se consentiria, não poderia tolerar-se em uma sociedade fundada sobre a igualdade. O general junto ao soldado, o engenheiro junto ao trabalhador, o médico junto ao enfermeiro, isso já ocorre e não gostamos. Poderíamos tolera-los em uma sociedade onde a igualdade se considera o primeiro princípio?

Não. A própria consciência popular, inspirada pelo sopro igualitário, rechaçaria semelhante injustiça. Porque experimenta-la, então?

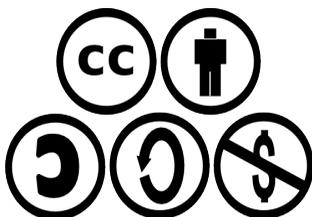
Certo coletivistas franceses, compreendendo a impossibilidade de defender a escala de salários em uma sociedade fundamentada na Revolução, proclamam hoje a igualdade de salários. Mas nisso tropeçam também com outras dificuldades, e sua igualdade se torna em utopia tão irrealizável como a escala de salários.

A sociedade que tome posse de toda a riqueza social e que decrete radicalmente que todos tenham direito a essa riqueza, qualquer que fosse sua participação na criação de tal riqueza, forçosamente teria de abandonar a ideia de assalariado, dos bônus de trabalho e da moeda.

Pedro Kropotkine

O Assalariado

Pedro Kropotkine

Barricada Libertária
2012

O Assalariado

Em seus projetos renovadores da sociedade, os coletivistas incorrem, a nosso, a nosso ver, em um duplo erro. Sem deixar de censurar o regime capitalista, tratam de manter duas instituições: o governo representativo e o assalariado, que são as bases desse regime.

Enquanto ao governo mal chamado de representativo, temos repetido sempre que parece-nos impossível que não poucos homens inteligentes do partido coletivista sejam defensores do parlamentos nacionais ou municipais, esquecendo as lições da História nos tem dado a respeito, aqui na França, na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça ou nos Estados Unidos da América.

Vemos que em todas as partes se desmorona o regime parlamentário e que surge a crítica *dos princípios* do sistema, sem nenhuma aplicação, e ainda, homens inteligentes, que se intitulam socialistas-revolucionários, querem manter um sistema, condenado a morrer.

Que o sistema foi organizado pela burguesia para lidar com a realeza, manter e aumentar ao mesmo tempo seu domínio sobre os trabalhadores. Conhecido é que, ao propaga-lo, os burgueses nunca declararam seriamente que um parlamento ou um conselho municipal represente a nação ou a cidade; os mais discretos sabem que isso é impossível. Ao defender o regime parlamentário, a burguesia quer somente erguer um dique a realeza, mas sem liberdade para o povo. No mais, se adverte que a medida que o povo sinalize com seus interesses e cresça a variedade desses interesses, o sistema não pode funcionar. Assim, os democratas de todos os países perseguem em vão paliativos diferentes que melhorem o sistema. Se prova *o referendum e se percebe que de nada* serve; se fala de representação proporcional, de representação das minorias, e se nota que são outras utopias parlamentares; é voltar atrás depois de avançar, isto é, após uma delegação que represente os milhões de interesses diversos do país; mas vêm se forçados a reconhecer que caminham por caminho errado, e se perde a confiança no Governo representativo.

**

Os únicos que não perdem essa confiança são os democratas socialistas e os coletivistas, os quais tratam de manter a todo custo a mal chamada representação nacional.

Isto nós não entendemos.

Se nossos princípios acratas não os seduzem, se são impraticáveis, seu dever é, a nosso ver, intentar adivinhar ao menos outro sistema de organização que possa corresponder a uma sociedade sem capitalismo nem proprietários. Mas aceitar o sistema dos burgueses, sistema vicioso e moribundo, e defende-lo com ligeiras e inocentes modificações, como o mandato imperativo ou o *referendum*, cuja a inutilidade é patente; propô-lo para uma sociedade que tenha realizado sua revolução social, parece-nos absurdo e incompreensível, a menos que com o nome de Revolução Social queiram significar algo completamente diferente da verdadeira Revolução, a saber, qualquer arranjo que o regime burguês imaginasse.

**

O mesmo acontece em relação ao assalariado; porque logo que proclamar a abolição da propriedade privada e a possessão comunal dos instrumentos de trabalho, como pode defender-se de uma ou outra forma a conservação do assalariado? Contudo, isto fazem os coletivistas quando nos falam dos *bônus de trabalho.*

Facilmente se entende que os socialistas ingleses do começo do século pedissem a criação dos bônus de trabalho: queriam simplesmente colocar em acordo o trabalho e o capital, e abandonavam toda ideia de alcançar violentamente a propriedade dos capitalistas; eram tão pouco revolucionários, que se manifestavam dispostos a sofrer até o regime imperial, sempre que este regime fomentasse suas sociedades cooperativas. Em verdade continuavam burgueses, beneficentes, se quiserem; e daí que (Engels nos diz em seu prefácio ao Manifesto Comunista de 1848) nesse período os *socialistas* fosse burgueses, da mesma forma que eram *comunistas* os trabalhadores avançados.

Igualmente se entende que andando no tempo, Proudhon professara essa ideia. Em seu sistema mutualista, não tratava de fazer o capital menos ofensivo, apesar da conservação da propriedade individual, a que

intimamente detestava, mas entendia necessária contra o Estado como garantia para o indivíduo?

Que o economistas mais ou menos burgueses aceitem os citados bônus de trabalho, se compreende também. Não lhes interessa que o trabalhador seja pago em bônus de trabalho ou em moeda com a cunhagem da República ou do Império. Seu proposito é livrar do próximo desastre a propriedade individual das habitações, do solo, das fábricas, quando menos das habitações e do capital indispensável para produção fabril. E os bônus de trabalho não seriam obstáculo a conservação desta propriedade.

Enquanto o bônus de trabalho seja cambiável por joias ou carruagens de luxo, o proprietário da casa, o receberá como pagamento de contrato. E como a habitação, a terra e a fábrica sejam dos burgueses, forçosamente se terá que pagar a esses burgueses de alguma maneira, para que lhe concedam trabalhar em seus campos e fábricas e viver em suas fazendas. Forçosamente se terá de assalariar o trabalhador, remunerar-lhe por seu trabalho, tanto em ouro, como em crédito de Banco, como em bônus de trabalho, de fácil troca pelas comodidades de toda classe.

Mas como preconizar o bônus de trabalho como novo forma de assalariado, se a casa, a terra e as fábricas pertencem a comunidade ou a nação, deixando de ser propriedade privada?

II

Estudemos um pouco mais detalhadamente este regime de retribuição do trabalho, sustentado pelos coletivistas franceses, italianos, alemães e ingleses.

O sistema consiste no seguinte, resumidamente:

Seja no campo, seja nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, etc., todo mundo trabalha. A jornada do trabalho é regulada pelo Estado, proprietário da terra, das fábricas, dos meios de comunicação, dono de tudo, por fim. Ao fim de cada jornada de trabalho, o trabalhador recebe um *bônus de trabalho*, que suponhamos ter essa inscrição: OITO HORAS DE TRABALHO. Mediante o *bônus*, cada um pode obter, nos armazéns do Estado ou distintos institutos, as mercadorias que necessita. O *bônus* é divisível, de modo que possa adquirir uma hora de trabalho de carne, dez minutos de cerejas, meia hora de tabaco. Em vez de pedir: “Vinte centavos de sabão”, uma vez feita a Revolução coletivista, se dirá “Cinco minutos de sabão”.

Quase todos os coletivistas, estão de acordo com a definição forjada pelos economistas burgueses, Marx inclusive, entre trabalho *especial* e o trabalho simples, afirmam que o trabalho *especial* ou profissional terá de ser pago melhor que o trabalho *simples.* Na forma que uma hora de trabalho de um médico será equivalente a duas ou três do trabalho do enfermeiro, ou a três de um escavador. “O trabalho profissional ou especial será um múltiplo do trabalho simples – declara o coletivista Groenlund - , porque aquele tipo de trabalho exige uma determinada aprendizagem.”

Os marxistas franceses e outros coletivistas, proclamam a “igualdade de salário”, sem estabelecer a distinção citada: O médio, o mestre de escola e professor cobraram em bônus de trabalho igual a um escavador.

Outros concedem que o trabalho desagradável ou insalubre, como a limpeza de esgotos, deve remunerar-se em dobro em relação ao trabalho agradável.

Somamos que certos coletivistas aceitam a retribuição por corporações, ou seja, em conjunto. Assim, uma corporação diria:

-Aqui vão cem toneladas de aço. Para prepara-las foram empregados

cem trabalhadores em dez dias. Tendo trabalhado diariamente oito horas, são oito mil horas de trabalho empregadas nas cem toneladas de aço; isto é, oito horas por tonelada.

Depois deste informe, o Estado entregaria oito mil bônus de trabalho de uma hora a cada um, bônus que a corporação distribuiria, segundo sua avaliação, entre os operários.

Também, se cem mineiros tem empregado vinte dias em extrair oito mil toneladas de carvão, isto resultaria a duas horas a toneladas, e os dezesseis mil bônus de uma hora cada um, entregues a corporação, se distribuiriam entre os mineiros conforme deliberação da comunidade.

No caso de discussão, se os mineiros protestarem e mantivessem que a tonelada de aço só deveria custar seis horas de trabalho, em vez de oito; se o médico quisesse o dobro da remuneração que o enfermeiro, o Estado decidiria a questão.

Está é, em resumo, a organização que os coletivistas pretendem sacar da manga da Revolução Social. Seus princípios são: propriedade comum segundo o tempo invertido de trabalho, e remuneração a cada qual segundo o tempo invertido em produzir, e a produção de seu trabalho. A respeito do regime politico, seria o parlamentário, melhorado pela troca de governantes, o mandato imperativo e o *referendum.*

**

Declaremos logo que este sistema nos parece impraticável.

Desde o começo os coletivistas declaram um princípio revolucionário: a abolição da propriedade privada e apenas o tem proclamado, o negam ao querer censurar uma organização da produção e do consumo que a propriedade privada origina.

Com um rapidez inconcebível proclamam um princípio revolucionário, sem prever a consequências que originariam de um princípio tão oposto ao atual. Parece esquecer que o próprio ato de abolir a propriedade individual dos instrumentos de trabalho, terra, fabricas, vias de comunicação, capital, obrigarão a sociedade a seguir caminhos completamente novos; que terão de variar por completo a produção, tanto em seus meios como em seus fins; que todas as relações diárias entre indivíduos se modificarão assim como a

terra, a máquina e demais elementos de trabalho ao se tornarem propriedade comum.

Exclamam: “Abaixo a propriedade privada!”, e se dispõem a conserva-la em suas manifestações cotidianas. “Seria uma comunidade para produzir – dizem – Os campos, as ferramentas e as máquinas serão vossas, em comum. Quando existe, essas fábricas, essas estradas de ferro, esses portos e essas minas, é a propriedade coletiva. Não se reparará em quantia a parte que cada um de vós dedicou na construção dessas máquinas, na exploração dessas minas, na disposição e construção das ferrovias. Mas a partir do amanhã discutirão detalhadamente sobre a parte que será atribuída na construção de novas máquinas ou ferrovias, na exploração de outras minas. No amanhã determinarão exatamente o que os interessará na nova produção; contarás vossos minutos do trabalho e vigiarás para que o minuto de trabalho de vosso companheiro não valha mais que um minuto da vossa tarefa.

“Fixarás vossas horas e vosso minutos de trabalho, e posto que a hora não é uma medida, porque em tal fábrica um trabalhador pode ocupar suas forças em quatro ofícios por vez, no tanto que em outra só pode realizar em dois, pesará a força muscular, a energia cerebral e a energia nervosa consumidas. Terão em conta os anos de aprendizagem para avaliar exatamente a parte de cada um de vós na futura produção. Tudo isso, atrás de ter manifestado que não tomem em consideração a parte de cada um tomou anteriormente nas construções anteriores.

**

Ao nosso entender, é de uma clareza enorme que se uma nação ou uma comunidade se sujeitarem a semelhante organização, só sobreviveria mal mês. Uma sociedade não pode estabelecer-se sobre dois princípios diametralmente opostos, sobre dois princípios que se contradizem constantemente. A nação, ou a comunidade em que tal organização se sujeitarem, estaria em breve, forçada ou a retornar a propriedade privada, ou a operar sua imediata conversão na sociedade comunista.

III

Temos afirmado que a maioria dos escritores coletivistas querem que na sociedade socialista a remuneração seja regida pela distinção entre o trabalho *especial*, ou profissional, e o trabalho *simples.* Querem que a hora de trabalho do engenheiro, do arquiteto, do médico, valha por dois ou três horas de trabalho do ferreiro, pedreiro, do enfermeiro. “E igual distinção – defendem – deve estabelecer entre os trabalhadores cujo o ofício exija uma determinada aprendizagem mais ou menos longa, dos que sejam simplesmente peões.”

Assim ocorre na sociedade burguesa; e assim ocorreria na sociedade coletivista, porque estabelecer essa distinção, se conservam todas as desigualdades das sociedades atuais. É fixar uma linha divisória entre o trabalhador e os que os que intentam governa-lo. É dividir a sociedade em duas classes absolutamente diferentes: a aristocracia do saber, colocada por cima da plebe de mãos calosas; uma condenada a servir a outra; uma trabalhando para outra, que em seu ócio não pensa mais em aprender a dominar a quem o sustenta.

Contudo é mais: é aceitar um dos argumentos especiais da sociedade burguesa e sanciona-lo pela Revolução Social. É consagrar como princípio um abuso que hoje se condena na velha sociedade que marcha para o seu fim.

**

De sobra conhecemos os argumentos dos adversários. Nos falam do “socialismo cientifico”. Enfileiram-se os economistas burgueses, inclusive Marx, para demonstrar que a escala salarial é justificável, entendido que a “força de trabalho” do engenheiro terá custado mais a sociedade que a “força de trabalho” do cavador. Mas os economistas não tem intentado sequer nos provar que se ao engenheiro se paga melhor que ao cavador, deve-se isso a que os gastos “necessários” para se ter um engenheiro são maiores que os indispensáveis para se ter um cavador. Não o obstante, era a melhor justificação, uma vez que se aceita o trabalho em proporção de

quantidades de trabalho socialmente necessárias para sua produção. De outro modo, a teoria de Ricardo, que Marx aceita, não poderia se manter.

Também sabemos no que atermos neste assunto. Sabemos que se ao engenheiro, ao sábio e ao médico se remunera melhor que ao trabalhador, não é por efeito dos “gastos de produção” do trabalho desses senhores, mas sim, por motivo de um monopólio educacional. O engenheiro, o sábio e o médico se limitam a explorar um capital, seu título, com o burgues a sua fábrica e o nobre, os seus títulos. O grau universitário tem substituído a certidão de nascimento do antigo nobre.

O empreendedor que paga ao engenheiro mais do que ao trabalhador da obra, calcula desta maneira: se o engenheiro lhe economiza cem mil francos anuais nos gastos de produção, o paga com vinte mil. Se um mestre de obra hábil em fazer suar os seus serventes, poupando-lhe, por exemplo, dez mil francos no trabalho manual, lhe oferece dois ou três mil francos anuais. Dá mil francos se acredita que assim pode ganhar dez mil; essa é a essência do regime capitalista.

Não nos venha, portanto, com gastos de produção da força de trabalho; não nos empurre que um estudante cuja a juventude transcorreu alegremente de Universidade em Universidade, tem o *direito* a um salário dez vezes maior que o filho do mineiro, metido na mina desde os onze anos. Equivaleria isso a declarar que um comerciante que investisse vinte anos de “aprendizagem” em uma casa de comércio tem o direito a cobrar cem francos diários e só pagar cinco a cada um de seus trabalhadores. Jamais se calculou os gastos de produção da força de trabalho. Se uma vaga custa mais a sociedade que um bom trabalhador, contudo está por avaliar se, tendo em conta tudo, a mortalidade de filhos dos trabalhadores, a causa de anemia ou por acidentes prematuros, não custa a sociedade mais que um artesão, um trabalhador sadio.

Acaso podemos acreditar que o salário de trinta soldos que se paga a uma obreira parisiense, ou o seis soldos à uma aldeã arvernense, que perde a visão bordando, enunciam “gastos de produção” dessas mulheres? Já sabemos que as vezes trabalham por menos, mas também que submetem a ele porque sem esses salários irrisórios, morreriam de fome, graças a nossa maravilhosa organização.

A escala atual de salários é, em nosso ver, um produto complexo dos

impostos, da tutela governamental, do engodo capitalista; do Estado e do Capital, em uma definição. E porque assim entendemos, afirmamos que todas as teorias dos economistas a respeito da escala de salários, inventaram seguramente para fundamentar as injustiças atuais. Temos de abandonar, pois, tais teorias.

IV

Não faltará quem nos diga, apesar de nossas afirmações, que, a escala coletivista de salários representará um avanço.

"Sempre será melhor – nos dirão – ter certa classe de pessoas melhor remuneradas que os trabalhadores simples, em que existam vários Rothschild que recebam em um só dia o que um trabalhador nunca receberá em todo um ano. Rápido sempre se avança um passo até a igualdade, empregando nosso sistema."

**

Opinamos que semelhante progresso seria com um progresso a reembolso. Estabelecer em uma sociedade socialista a separação entre trabalho simples e trabalho profissional, significaria a sanção dela pela Revolução e a conversão em princípio de um fato brutal que padecemos hoje, mas que não acatamos, pois não deixamos de conceitua-lo como injusto. Seria imitar aos homens de 4 de Agosto de 1789, que com frases de efeito proclamaram a abolição dos direitos feudais e que, no dia 8 do próprio mês, sancionavam os mesmos direitos, sujeitando os aldeãos à grandes resgates para escapar do poder de seus senhores. Seria imitar o governo russo, quando a emancipação dos servos, proclamando que as terras pertenceriam a seguir aos senhores, como antes, dispor da terras como propriedade do servos, era considerado um abuso.

Ou, seguindo um exemplo mais conhecido, trabalharíamos com a Comuna em 1871, quando decidiu pagar a membros de seu conselho quinze francos diários, quando os federais que pelejavam na trincheiras recebiam só trinta soldos. E ainda teve quem aplaudisse a decisão com um ato de alta democracia igualitária, quando na verdade, a Comuna, a trabalhar como fez, não teve outro fim, que o de sancionar a velha desigualdade entre o funcionário e o soldado, o governante e o governado. Tal decisão tivera sido orgulho em um gabinete oportunista; mas praticada pela Comuna, resultava em hipocrisia. A Comuna trabalhava contra seu princípio revolucionário; e para contradizê-lo, deserdou-o.

**

Quando vemos na sociedade atual que um Ferry ou um Floquet ganham um centenar de mil francos por ano, quando o trabalhador tem que passar com mil ou menos o mesmo ano; quando vemos que o capataz ganha o dobro ou o triplo que o peão, e que mesmo entre os próprios trabalhadores há graduações, nossa indignação é imensa.

Essa graduações não tem razão de existir. Não só reprovamos os grandes salários dos ministros, como da mesma forma, as jornadas diferentes dos trabalhadores simples. Essa diferença nos indigna tanto como a diferença existente entre o trabalhador e o ministro. Acreditamos ser injustiça e gritamos:

“Abaixo todos os privilégios, os de educação e os de nascimento!”.

Precisamente porque esse privilégios nos indignam somos anarquistas, e socialistas, os outros.

Como, então, deveríamos construir sobre princípios tais privilégios? Como afirmar que nos privilégios da educação se baseará a sociedade igualitária, se dar a essa sociedade um golpe de morte? O que antes se consentiria, não poderia tolerar-se em uma sociedade fundada sobre a igualdade. O general junto ao soldado, o engenheiro junto ao trabalhador, o médico junto ao enfermeiro, isso já ocorre e não gostamos. Poderíamos tolera-los em uma sociedade onde a igualdade se considera o primeiro princípio?

Não. A própria consciência popular, inspirada pelo sopro igualitário, rechaçaria semelhante injustiça. Porque experimenta-la, então?

Certo coletivistas franceses, compreendendo a impossibilidade de defender a escala de salários em uma sociedade fundamentada na Revolução, proclamam hoje a igualdade de salários. Mas nisso tropeçam também com outras dificuldades, e sua igualdade se torna em utopia tão irrealizável como a escala de salários.

A sociedade que tome posse de toda a riqueza social e que decrete radicalmente que todos tenham direito a essa riqueza, qualquer que fosse sua participação na criação de tal riqueza, forçosamente teria de abandonar a ideia de assalariado, dos bônus de trabalho e da moeda.

V

Os coletivistas dizem:

"A cada um segundo seu trabalho", ou, falando com mais propriedade, "a cada um segundo os serviços prestados a sociedade". Este princípio é indicado como base social, quando a Revolução tenha transformado propriedade comum os instrumentos de trabalho e dos quantos elementos necessários na produção.

Se a Revolução Social tivesse a péssima ideia de defender e sancionar esse princípio, retardaria por um século o desenvolvimento da humanidade; construiria sobre areia; deixaria pendente de solução todo o imenso problema social que tem que resolver ainda.

Em uma sociedade como a nossa, em que vemos que quando mais trabalha o homem menos retribuído é, esse princípio parecerá justo a primeira vista, parecerá uma aspiração para igualdade. Mas em essência se trata só da consagração de todas as injustiças atuais. Esse princípio se iniciou há algum tempo entre assalariado para chegar, com os anos, a seu estado presente: as desigualdades irritantes, a todas as abominações da sociedade atual. E alcançou esse ponto, porque, a partir do dia em que a sociedade começou a valorizar em moeda uma outra classe de recompensa, os serviços prestados, a partir do dia que em que se afirmou que a cada qual se remuneraria segundo suas obras, toda a história da sociedade capitalista, auxiliada pelo Estado, foi escrita de antemão; esse princípio continha seu germe.

Temos, pois, de retroceder ao ponto de partida para retomar a mesma evolução?

Assim o querem nossos teóricos; mas pelo nosso escrito, isso é impossível: a Revolução, como repetidas vezes tem afirmado, será em tudo comunista; seria afogada em seu sangue ao efetuar-se de outro modo.

**

Os serviços feitos a sociedade, seja de trabalho nas fábricas ou no

campo, na ordem moral, *não podem ser avaliados* monetariamente. Não pode medir-se exatamente seu valor; com tampouco o que impropriamente se chama valor de troca, e o valor utilitário. Se dois indivíduos trabalham vários anos, cada um em ofícios diferentes em beneficio da comunidade, podemos afirmar, sem medo de equivocar-nos, que seus trabalhos são equivalentes. Mas não pode fracionar-se sua tarefa e dizer que o produto de cada jornada, de cada hora ou de cada minuto de um é igual ao produto de cada jornada, de cada hora ou de cada minuto do outro.

Em grosso modo, se pode dizer que o homem que durante sua vida privou do descanso normal diário, deu a sociedade muito mais que quem descansou o necessário ou um pouco mais ou menos do que o necessário. Mas não pode se calcular o que faz em um par de horas e menos pontuar que seu produto vale o dobro que o produto de duas horas de trabalho do outro individuo e remunera-lo em relação. Trabalhar de outra maneira acusaria ignorância do quanto há de complexo na industria, na agricultura e na vida inteira da sociedade atual; demonstraria também que se ignorava até que ponto o trabalho individual é a consequência dos trabalhos anteriores e presentes de toda a sociedade. Foi viver na idade da pedra, quando é a idade do aço a em que vivemos.

Considere o que quiser; uma mina de carvão, por exemplo, e veja se há meios e modo de valorizar os serviços de cada um dos indivíduos que trabalham na extração do mineral que foram feitas.

É mais; examinada cuidadosamente o trabalho de cada trabalhador e determinado seu valor, como responder a essas perguntas: Quem presta maior serviço em uma mina? É o engenheiro, é o capataz, é o simples mineiro, é o encarregado deste ou daquele trabalho, é o rapaz que avisa o capataz quando a caixa esta cheia, ou, como pretendem os economistas, que indicam que a retribuição é conforme *os trabalhos* e valorizam esses *trabalhos* a sua maneira, é o proprietário da mina, que comprometerá seu dinheiro, e que, provavelmente, contra toda previsão, se limitou a dizer: “Abra aqui um poço e terás excelente carvão?”.

Todos os trabalhadores contribuem na medida de suas forças, de suas energias, de seu saber, de sua inteligência e de sua destreza a extrair carvão. O que podemos assegurar é que todos têm o direito a *viver*, a saciar suas necessidades e até seus caprichos, quando as necessidades gerais estão

satisfeitas por completo. Mas, como poderemos avaliar suas *obras*?

Deixando este aparte, acaso o carvão extraído é realmente obra *sua*? Não é também obra dos demais homens que construíram a ferrovia que leva a mina e as vias que partem de todas as suas estações? Não é também a obra dos que trabalharam os campos, extraíram o ferro, cortaram a lenha em montes, construíram máquinas para usar o carvão, etc?

Não cabe estabelecer categorias entre os trabalhadores. Medi-los pelos resultados é um absurdo, e absurdo é também fraciona-los e medi-los pelas horas de trabalho. Não há como medi-los, e temos que lhes reconhecer o direito a sua parte na felicidade comum.

**

Fixemos em outro ramo de atividade humana, vejamos todo o conjunto de nossa existência e nos perguntamos:

-Quem pode exigir uma retribuição maior por suas obras? O médico que diagnosticou a enfermidade, ou o enfermeiro que assegurou os cuidados para a cura?

O inventor da primeira máquina a vapor, ou o moleque que, certo dia, cansado de tirar a pressão do pistão através de uma corda, que já não existe mais, amarrou-a em uma parte da máquina e foi jogar bola com seus amigos, sem compreender que havia idealizado o principal órgão de toda máquina moderna, a válvula automática?

O inventor da locomotiva, ou o trabalhador de Newcastle que pensou substituir os dormentes de pedra por de madeira, por que os de pedra, por falta de elasticidade, ocasionavam frequentes descarrilhamentos?

O maquinista que guia a locomotiva, o sinaleiro que orienta os trens, ou o manobreiro que a controla as vias?

Se nos referirmos ao cabo transatlântico, perguntamos:

Quem serviu melhor a sociedade, o engenheiro que se obstinou em que o cabo poderia transmitir os despachos, coisa que os sábios julgavam impossível, ou o bom Maury, que aconselhou a substituição dos grossos cabos por outro de diâmetro menor, ou melhor, aqueles voluntários, que se passaram noite e dia a bordo examinando minuciosamente o cabo e arrancando os cravos que os acionistas das Companhias marítimas

introduziam na capa isolante do cabo para estraga-lo.

Em um campo muito mais amplo, o imenso campo da vida humana com suas alegrias, suas dores e seus acidentes, não existe por acaso quem possa citar o nome de outra pessoa que lhe prestará na vida um serviço tão grande, que se indignaria se lhe tivesse de por naquele serviço um valor monetário? Tal serviço é as vezes uma palavra, nada mais que uma palavra, dita a tempo; ou as vezes são meses, anos de abnegação. Avaliaríamos esses serviços em “bônus de trabalho”?

“A cada um segundo seus trabalhos!” A sociedade humana não viveria gerações seguidas; todos morreriam ante de meio século, se cada individuo não desse mais do que recebesse em moeda, em “bônus” ou honras. A razão se extinguiria se a mãe nunca desse sua vida para conservar a de seus filhos, e se o homem nunca entregar sem medir, se não nunca der ali onde nunca espera receber retribuição de algum jeito.

Se a sociedade burguesa sucumbe, se estamos metidos em um labirinto do qual não sairemos sem derrubar a machadadas as velhas instituições do passado, tudo lhe acontece por ter contado demasiado egoistamente, o que motivou que nosso interesse tornou-se um assalto real. A culpa é nossa por ter chegado a *dar* para *receber*, transformando a sociedade em uma empresa comercial em que o *dever* e o *ter* são o ideal supremo e o único regime de conduta.

**

Não escapa aos coletivistas a verdade de que afirmamos. Embora de forma remota, suspeitam que uma sociedade não poderia existir se for regida sempre pelo princípio: “A cada qual segundo seus trabalhos”. Vislumbram que as necessidades do indivíduo não correspondem sempre a seus *trabalhos*. Por isso Depaepe escreve:

“Esse princípio, individualista em grau máximo, seria, por outra parte, *justificado* pela intervenção social na educação das crianças e dos jovens (alimentação e demais gastos inclusos) e pela assistência social aos inválidos e enfermos, para a aposentadoria dos trabalhadores mais velhos ou inútil, e assim por diante.

Vislumbram que o homem de quarenta anos, e pai de família, tem

muito mais necessidades que um jovem de vinte anos. Vislumbram que uma mulher que amamenta seu filho e passa noites inteiras junto a seu berço, não pode realizar tantos *trabalhos* como um homem que come só para si e dorme tranquilamente. Vislumbram também que o homem e mulher cansados pelo trabalho, em prol da sociedade inteira, poderão estar inabilitados para fazer outros tantos *trabalhos* como os que se passam a vida folgando e colecionando "bônus" em posições privilegiadas que o Estado criara e cria a cada dia.

Por isso se apressam em *justificar* seu princípio.

"Sim – dizem - ; a sociedade atenderá e educará as crianças! Dará assistência aos velhos e doentes; as *necessidades* e não as *obras*, medirão os gastos que a sociedade imponha para justificar o princípio das obras!"

"Isto é a caridade! A caridade, organizada pelo Estado! Assim, pois, melhorando os orfanatos, estabelecendo um seguro na velhice e enfermidade, os princípio estarão "justificados".

**

De modo que logo de ter negado o comunismo, e de interpretar à vontade a formula "a cada qual conforme seus trabalhos", advertem que os grandes economistas deixaram algo esquecido: as necessidades dos produtores. E se apressam a reconhece-las, mas encarregando o Estado que as aprecie e diga se as necessidades são ou não proporcionais aos trabalhos, e quem deve satisfaze-las.

O Estado dará as esmolas se reconhecer a inferioridade. Daí a lei do pobre e do *"workhouse"* inglês (reformatório), a distância é curta; o é, porque até essa sociedade madrasta que nos repugna, se tem visto forçada a justificar seu princípio de individualismo, e a fazer concessões em sentido comunista, sobre a consigna de caridade.

Distribui suas muitas moedas para evitar a pilhagem de seus bancos; e assim constrói hospitais, ordinariamente péssimos, mas esplêndidos as vezes, para livrar-se do desastre das enfermidades contagiosas. Ela também, depois de pagar só as horas de trabalho, recolhe os filhos daqueles que sumiram em espantosa miséria. Para sentir-se caridosa toma conhecimento das necessidades!

**

Temos defendido em outro momento que a miséria dos pobres foi a origem das riquezas. Ela criou o primeiro capitalista. Porque antes de acumular a riqueza tiveram que existir miseráveis que consistiram em vender sua força de trabalho para não morrer de fome. Da miséria surgiram os ricos. E se aquela progrediu tanto na Idade Média, deveu-se principalmente as invasões e as guerras, a criação dos Estados e o desenvolvimento da autoridade, o enriquecimento pela exploração no Oriente e outras causas dessa índole, desataram os laços que antigamente uniam as comunidades agrárias e urbanas, e as puseram num transe de proclamar, em vez de solidariedade que antes praticavam, o princípio “Abaixo as necessidades! Só se pagaram os *trabalhos*! Que cada qual se defenda como possa e saiba!

Proclamará também esse princípio a futura Revolução? Esse é o princípio ao que se atrevem a denominar Revolução Social, essa revolução tão ansiada por todos os criminalizados, oprimidos e esfomeados?

Se o for, não duraria muito, porque o dia em que as velhas instituições caiam sob o machado dos trabalhadores, não faltará quem exclame:

-Pão para todos! Folga para todos! Direito e bem estar para todos!

E essas exclamações serão escutadas. O povo dirá:

-Principiemos por sanar nossas necessidades de vida, de alegria, de liberdade. E quando todos tenhamos saboreado, colocaremos mãos a obra de demolição dos últimos vestígios do regime burguês, de sua moral, filha do seus livro Maior, de sua filosofia de *dever* e *ter*, de suas instituições de *teu* e *meu*. Depois edificaremos sobre novas bases, as leis do Comunismo e da Anarquia, e não sobre as de Autoridade e individualismo.

FIM